

René Descartes: em busca do método universal

René Descartes: in search of the universal method

*Ricardo Antunes de Sá**

Resumo

O artigo tem a intenção de historicizar o pensamento de Descartes, evidenciando o contexto histórico-cultural no qual o filósofo elaborou suas reflexões. Procura didatizar, *a priori*, seu método racional, bem como apresenta algumas situações vividas por René que fazem sua biografia.

Palavras-chave: Descartes, método cartesiano, racionalismo.

Introdução

Cognominado o “pai do racionalismo moderno”, René Descartes veio ao mundo em 1596 na cidade de La Haye (na província de Touraine), na França. Seu pai era conselheiro do Parlamento da Bretanha e sua mãe, Joanne Brochard de la Coussaye, filha de um magistrado de Poitiers. Em 1597, sua mãe faleceu e ele passou a ser criado pela avó materna, Jeanne Sain, juntamente com o irmão e a irmã mais velhos (GAUKROGER, 1999).

Estudou a partir dos oito anos de idade no colégio jesuíta de La Flèche, onde teve formação escolástica e humanista. Completou seus estudos por volta de 1612. Entre 1615 e 1616 formou-se em Direito em Poitiers, como desejava seu pai, mas nunca exerceu a profissão de magistrado.

* Licenciado em Pedagogia e Mestre em Educação pela UFPR. Doutorando em Educação pela Unicamp. Professor Assistente do Setor de Educação da UFPR. Curitiba (PR), 2004. E-mail: antunesdesa@terra.com.br.

O contexto socioistórico que envolveu Descartes (séculos XVI e XVII) foi um período que revolucionou o pensamento europeu, enraizado até então nos dogmas medievais e religiosos da Igreja. As descobertas de “novas terras” através da travessia marítima da Europa às Américas e o estabelecimento de rotas de navegação com o Oriente pelo Atlântico possibilitaram um incremento no comércio e o surgimento de uma classe mercantil (burguesa). O discurso dogmático religioso medieval era questionado por uma *scienza nuova*,¹ que se manifestava nas reflexões dos matemáticos, dos astrônomos, dos geômetras e filósofos.

Na modernidade o homem se conscientiza de suas capacidades racionais para o desvendamento dos segredos da natureza e busca empregá-las no sentido de encontrar soluções para seus problemas. Substitui uma cultura teocêntrica e metafísica, dependente da verdade revelada e da autoridade da Igreja, por uma cultura antropocêntrica e secular (GOERGEN, 2001, p. 11).

Nicolau Copérnico (1473-1543) publicou suas reflexões acerca do heliocentrismo, com o que deixava claro que a Terra não era mais o centro do universo, como era até então concebido. A Terra tem movimento de rotação e de translação, “[...] o que se opõe ao modelo geocêntrico de cosmo da tradição aristotélica, formulado na Antiguidade Clássica por Cláudio Ptolomeu” (MARCONDES, 2001, p. 17). Hoje, para nós, tudo isso é muito natural e óbvio, mas, para a época, significava uma revolução total na concepção de natureza, de homem e de religião.

Kepler (1571-1630) formulou “as leis empíricas dos movimentos planetários que veio a corroborar o sistema de Copérnico e a demonstrar que o conhecimento da natureza poderia ser adquirido por meio de um laborioso trabalho independente do aval religioso” (GUIMARÃES, 1997). Os princípios da matéria vigoram no universo inteiro: não há mais alto, baixo, perto, longe, tudo é relativo. Não há mais pontos fixos no universo.

Galileu Galilei (1564-1642) tornou-se para Descartes uma referência teórica e metodológica na medida em que este se utilizou da lógica matemática como fundamento para a elaboração de sua teoria: “[...] ele vê na matemática a única ciência verdadeira, isto é, capaz de proporcionar um conhecimento certo e evidente” (JERPHAGON, 1992, p. 140). Galileu comprovou que a teoria copernicana era verdadeira. Toda a cosmologia aristotélica de que as estrelas estavam encravadas na esfera e que a Terra era o centro do universo e imóvel era contestada pela experimentação e pelo raciocínio matemático.

No âmbito da religião, a ideologia católica passou a ser questionada dentro de suas hostes através do movimento da Reforma Protestante, que se iniciou nos países germânicos e, em especial, com Martinho Lutero (1483-1546) na Alemanha.

Foi nesse contexto histórico resumido que Descartes construiu seu pensamento racional, inaugurando uma nova era para a teoria do conhecimento: o racionalismo. O racionalismo

e o empirismo² iriam alicerçar os fundamentos para que no século XVIII eclodisse o movimento iluminista na Europa, elegendo a “deusa” razão como novo paradigma da ciência humana com suas conseqüências. Assinala Goergen:

O sujeito cognoscente assume poder instituinte de uma nova realidade, em substituição à antiga visão mágica e metafísica. A nova consciência que assim foi, paulatinamente, se formando e que teve sua expressão política mais intensa na Revolução Francesa obteve sua base material através da revolução industrial. Idéias, ciência, atitudes e técnica confluem para a realização de uma nova civilização mundial que, esta era a promessa, deveria levar o homem à sua emancipação e liberdade (2001, p. 18).

À luz da razão

La Flèche deixou profundas marcas em Descartes, decorrentes das tradições conservadoras da mentalidade religiosa de submissão às instituições políticas da época. “A marca daquela origem burguesa e do espírito conservador de La Flèche irá transparecer, segundo muitos intérpretes, no pensamento cartesiano, embora contrabalançado pelo senso de tolerância ditado pelo eixo central de sua construção filosófica – a razão” (PESSANHA, 1996, p. 10).

Para Descartes, a razão é uma luz que esclarece, que faz o homem compreender as coisas. Todos os homens nasceram com a capacidade de compreender, são dotados de bom senso. A diversidade de opiniões deve ser entendida pelo fato de o homem

conduzir seus pensamentos por caminhos diferentes. Não basta, para René, ser racional; é preciso usar bem a razão, e é o método que vai ajudar o homem nessa boa condução à verdade. “Conhecer verdadeiramente é ver na evidenciada luz natural da razão” (JERPHAGNON, 1992, p. 141).

A dúvida tornou-se a ferramenta primeira para se acercar das evidências na busca da essência das coisas. Só se pode considerar ciência aquilo que é certo e indubitável. Não obstante, duvidar demanda um método para atender aos reclamos da razão. “[...] na procura do reto caminho da Verdade, não nos devemos ocupar de nenhum objeto sobre o qual não possamos ter uma certeza tão grande como a das demonstrações da Aritmética e da Geometria” (DESCARTES, 1971, p. 18). “O objetivo da ‘ciência’ de Descartes era a de usar seu método analítico para formar uma descrição racional completa de todos os fenômenos naturais num único sistema preciso de princípios mecânicos regidos por relações matemáticas” (GUIMARÃES, 1997).

Para romper com as opiniões (doxa), com o senso comum e buscar o conhecimento científico, Descartes estabelece nas “regras para direção do espírito”, alguns preceitos. O primeiro indica que, para a penetração da inteligência, a fim de desvelar a verdade ou de chegar a ela, é preciso reduzir, gradualmente, o objeto de análise às proposições mais simples e, em seguida, pela razão, tratarmos de nos elevar pelos mesmos graus ao conhecimento de todas as outras.

Distinguem-se nessa cadeia de relações as coisas que são mais simples das que são mais complexas, a partir do mais simples para o mais complexo. O preceito da análise consiste em dividir cada uma das dificuldades que se apresentam à “coisa pensante” em tantas parcelas quantas sejam demandadas para serem resolvidas. A enumeração é o preceito que reside no procedimento racional de verificar se nada foi omitido ao longo dessa cadeia. Esses preceitos metodológicos se alicerçam na razão, que se manifesta pela intuição e pela dedução, dois atos da inteligência.

Em Regra III (Regras para Direção do Espírito), a intuição é definida como um conceito fidedigno que a inteligência pura forma sobre o qual nenhuma dúvida paira. Esse conceito nasce exclusivamente da luz da razão. “[...] e a razão é a luz natural inata que nos permite conhecer a verdade [...], as idéias inatas são as mais simples que possuímos. Por serem simples, as idéias inatas são conhecidas pela intuição e são elas o ponto de partida da dedução racional e da indução que conhecem as idéias complexas ou compostas” (CHAUÍ, 1995, p. 71).

A dedução é concebida através do movimento, da sucessão, de uma cadeia de razões. São deduções racionais que estabelecem relações entre as idéias, são relações lógicas.

A dedução consiste em partir de uma verdade já conhecida (seja por intuição, seja por uma demonstração anterior) e que funciona como um princípio geral ao qual se subordinam todos os casos que serão demonstrados a partir dela [...],

a dedução vai do geral ao particular ou do universal ao individual. O ponto de partida de uma dedução é ou uma idéia verdadeira ou uma teoria verdadeira” (CHAUÍ, 1995, p. 66-67).

René enfatiza que, para se construir um discurso racional e científico, deve-se usar a intuição intelectual e ou a dedução (DESCARTES, 1971, p. 25). Mas o que é a razão para Descartes? Como ter a certeza de que o conhecimento é verdadeiro?

A coisa que pensa (*res cogitans*) é o espírito/pensamento, distinto da coisa que não pensa (*res extensa*), o corpo/matéria. Se eu penso, é porque existo; se eu duvido, é porque existo como coisa pensante. Não se pode duvidar de algo quando não se existe. É o pensamento, o *cogito*, que possibilita a dúvida. As coisas extensas não podem duvidar porque não pensam, não sabem que existem. Nas meditações diz: “Eu sou, eu existo: isto é certo, mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo em que eu penso, pois poderia, talvez ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir” (DESCARTES, [s.d.], p. 101/102).

Então o eu, o espírito, o sujeito cognoscente é uma coisa verdadeira, existente, pensante. Ele pergunta: “que é uma coisa que pensa? E uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente” (DESCARTES, [s.d.], p. 103). Na mesma perspectiva, em suas reflexões a respeito do cogito, Descartes evidencia uma das grandes potencialidades

da razão: a imaginação. Enfatiza que esta faz parte do pensamento, é uma possibilidade intrínseca ao cogito, embora não reflita, necessariamente, as coisas verdadeiras.

Para afirmar a veracidade das coisas, o filósofo francês deixa claro em suas meditações, aludindo ao exemplo da cera, que o pensamento, a razão, não pode conhecer as coisas pela percepção ou pela imaginação, mas, sim, pela “compreensão racional”: “Só concebemos os corpos pela faculdade de entender em nós existente e não pela imaginação nem pelos sentidos, e que não os conhecemos pelo fato de os ver ou de tocá-los, mas somente por os conceber pelo pensamento [...]” (DESCARTES, [s.d.], p. 106).

Há uma passagem em seus escritos em que Descartes demonstra que os sentidos nos enganam: “Quando descreve que sonhou que estava em sua mesa escrevendo seus apontamentos, mas que na verdade, esteve deitado, dormindo em sua cama. Portanto, para ele, os sentidos não são fiéis à realidade existente.”

Res infinita

No pensamento cartesiano Deus vai surgir como um ser infinito, perfeito, que tudo pode e do qual fomos criados. Espelha-se na *res infinita* para dizer que o *cogito*, o eu, a coisa pensante, é um “reflexo” imperfeito, finito do seu criador.

Na terceira de suas meditações indica que Deus é *causa* e o eu, o *efeito* – princípio da causalidade. Essa idéia

estaria impregnada na mente de todos os homens; seria a “marca do artista impressa em sua obra”. Para ele, Deus criou o ser pensante à sua imagem e semelhança; quando o eu reflete sobre si mesmo, não só se reconhece como uma coisa imperfeita, incompleta e dependente de outro, mas que aspira, incessantemente, a algo melhor e maior. Reconhece, pois, que aquele de quem o homem depende possui em si todas essas grandes coisas a que se aspira e cujas idéias se encontram no eu, em potência.

Deus é colocado como causa de si, autor do ser pensante e soberanamente perfeito. Sua acertiva sobre a existência de Deus recorre ao argumento da causalidade. Na III Meditação – “De Deus; que Ele existe” – Descartes assinala:

Daí decorre não somente que o nada não poderia produzir coisa alguma, mas também que o que é mais perfeito, isto é, o que contém em si mais realidade, não pode ser uma decorrência e uma dependência do menos perfeito [...], pois de onde é que o efeito pode tirar sua realidade senão de sua causa? E como poderia esta causa lhe comunicar se não a tivesse em si mesma? (1996, p. 284).

Para Guimarães (1997),

toda a concepção de mundo e de homem de Descartes se baseia na divisão da natureza em dois domínios opostos: o da mente ou espírito (*res cogitans*), a “coisa pensante”, e o da matéria (*res extensa*), a “coisa extensa”. Mente e matéria seriam criações de Deus, partida e ponto de referência comum a estas duas realidades. [...] a existência de Deus era essencial à sua filosofia científica, embora seus seguidores de séculos posteriores fizessem

de tudo para omitir qualquer referência explícita a Deus, mas mantendo a divisão cartesiana entre as duas realidades: as ciências humanas englobando na res cogitans e as naturais na res extensa.

O Deus cartesiano, ou a substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente, imprime em todos os homens idéias inatas e universais e é “[...] a expressão, o otimismo racionalista que pressupõe que ao máximo de clareza subjetiva corresponde o cerne da objetividade” (PESSANHA, 1996, p. 19).³

Considerações finais

Descartes elabora os princípios racionais para a boa condução do pensamento para se chegar à “verdade” certa, necessária e evidente; sua reflexão traz a marca do ordenamento, da análise, da enumeração, da síntese, do mais simples ao mais complexo. A dúvida será seu timoneiro: nada pode ser considerado verdadeiro sem passar pelo crivo da razão, que duvida, que questiona.

Não obstante, seu pensamento revela-se filiado à metafísica na medida em que admite que determinadas idéias são inatas, nascem com os homens e se tornam elementos que alicerçam a razão. No *Discurso do método*, citado por Jerphagon (1992, p. 141), diz: “[...] os homens têm necessidade da verdade, pensa Descartes. Mas todos também têm acesso a ela, todos possuem ‘naturalmente’ os instrumentos do conhecimento, e o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que

se chama bom senso ou razão é naturalmente igual em todos os homens.”

As reflexões cartesianas são fruto da modernidade, da recém-sociedade capitalista em franco desenvolvimento, da *szienza nuova* inaugurada pelo Renascimento, da imprensa, do geocentrismo, da mecânica, no entanto suas raízes idealistas e metafísicas são manifestações fulcrais de seu pensamento racional.

Abstract

The article is intended to historicize the thought of Descartes, evidencing the historic-cultural context in which the philosopher drew up his reflections. It seeks to teach, a priori, his rational method, and it also presents some situations lived by René which are part of his biography.

Key-words: Descartes, cartesian method, rationalism.

Referências

- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- _____. *III Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores).
- _____. *Regras para a direção do espírito*. Lisboa: Estampa, 1971.
- GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade-ética e educação*. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2001.

GUIMARÃES, Carlos Antonio Fragoso. *René Descartes: A filosofia da razão*. Disponível em: www.geocities.yahoo.com.br/calors.guimaraes/descartes.html. Acesso em: 8 dez. 2003.

JERPHAGNON, Lucien. *História das grandes filosofias*. Tradução Luis Eduardo de Lima Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARCONDES, Danilo. A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Zaia. *A crise dos paradigmas e a educação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PESSANHA, José Arnérico Motta. *Descartes: vida e obra de Descartes*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RODRIGO, Lúcia. *Teoria do conhecimento*. Campinas, Anotações de aula do Programa de Pós-Graduação em Educação - Doutorado, 2003.

SEVERINO, Joaquim Antonio. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1992. Disponível em: [www/mundodosfilosofos.com.br/descartes](http://www.mundodosfilosofos.com.br/descartes). 2htm. Acesso em: 8 dez. 2003.

¹ Termo usado por Galileu Galilei.

² “Os chamados empiristas [...] entendiam [...] que nossas idéias não eram inatas e sim construídas a partir das impressões sensíveis, oriundas da experiência dos nossos órgãos de sentido. Para eles, a consciência, a mente, a razão, o sujeito, originariamente, é como uma folha de papel em branco onde as impressões sensíveis vêm registrar suas imagens, que são nossas idéias. Esses pensadores são Locke (1632-1704); Berkeley (1685-1735) e Hume (1711-1776)” (SEVERINO, 1992, p. 102).

³ Embora não seja objeto deste estudo, chamou-nos a atenção e gostaríamos de registrar que a conceituação que Descartes faz da divindade nesta 3ª Meditação assemelha-se à feita quase duzentos anos depois por seu contemporâneo Hippolyte Leon Denizard Rivail (1804-1869), mais conhecido pelo pseudônimo de “Allan Kardec”, codificador do espiritismo na França. Sem dúvida, as intenções eram distintas, todavia, observa-se a mesma concepção de Deus, além de um pensamento racional existente em toda obra de Kardec. *Le livre des esprits* - Les principes de la doctrine spirite (O livro dos espíritos - Os princípios da doutrina espírita), *Livro Primeiro* - As causas primárias - Capítulo I - Deus (1857). *La genèse, les miracles et les prédictions selon le spiritisme* (A gênese, os milagres e as predições segundo o espiritismo) - Capítulo 11- *Deus - existência de Deus* (1866).